



## A INFLUÊNCIA CHINESA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Jonas Teixeira Marinho

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Pós-graduando em Direito e Relações Internacionais pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) Pesquisador do  
Núcleo de Estudos Internacionais (NEI) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)  
E-mail: jonasvader@gmail.com

**Resumo:** A presença da China na América Latina intensificou-se no século XXI, por meio do comércio e de investimentos, e traz consequências para a integração regional. Este artigo visa a analisar os impactos da influência chinesa no subcontinente. Para tanto, foram utilizados dados de documentos oficiais, como declarações do Itamaraty, e revisão da produção bibliográfica existente. Conclui-se que a influência chinesa é benéfica no que se refere ao desenvolvimento de infraestrutura e no aumento de poder de barganha com os EUA, mas maléfica no sentido de realizar desvios de comércio e a manutenção da estrutura agroexportadora da região.

**Palavras-chave:** China. América Latina. Integração. Influência.

**Abstract:** Chinese presence in Latin America has been intensified in the 21st century through trade and investment and it has consequences to regional integration. This article aims at analyzing the impacts of Chinese influence in the subcontinent. In order to do so, data from official documents, such as Itamaraty's declarations, and a review of existing scholar production were used. The conclusion is that Chinese influence is positive to infrastructure development and to the gain of bargaining power with the US, but it is negative in what refers to trade detours and the maintenance of the agricultural profile of the region's exports.

**Keywords:** China. Latin America. Integration. Influence.

### Introdução

A América Latina foi caracterizada, durante vários períodos ao longo de sua história, como região subordinada aos interesses estadunidenses. De fato, desde a propagação da Doutrina Monroe, no século XIX, os Estados Unidos consideravam o hemisfério americano sua área de influência natural e obstavam quaisquer tentativas de intervenção europeia em solo americano. Desde essa época, o país exerceu formidável influência nos processos políticos da região, inclusive por meio de apoio a golpes militares nos anos 1960 e 1970.

Até o final do século XX, a influência estadunidense não encontrava forte concorrência, exceto no caso isolado de Cuba, que tinha parceria com a União Soviética. Nos anos iniciais do século XXI, contudo, a ascensão da China e sua busca por novas fontes de recursos minerais e agrícolas impõem um

desafio à hegemonia americana. Ao apresentar-se como um país do Sul global, a China visa a aproximar-se dos países da região e a obter benefícios comerciais. Para os países do subcontinente, entretanto, não há como afirmar com segurança que a China será um ator mais cooperativo do que os Estados Unidos.

Os processos de integração na América Latina estão sendo impactados pela presença da China. É mister, destarte, analisar os benefícios e os problemas advindos da crescente influência chinesa na região. Para tanto, deve-se compreender a ascensão chinesa e sua perspectiva de ordem mundial, bem como seu interesse na América Latina, cumprindo analisar as interferências da China no subcontinente. Por fim, devem ser considerados os avanços recentes no grupo BRICS e o impacto desse agrupamento na região.

### **A ascensão da China e seu interesse no hemisfério americano: Uma perspectiva geopolítica**

A concepção chinesa de ordem mundial mantém elementos da tradição histórica, apesar de inserida na modernidade. Na China, não se adotou a concepção westfaliana de sistema de Estados igualmente soberanos regidos pelo Direito Internacional. Ao revés, foi concebido o sistema de Estados tributários, em que o Império Chinês era considerado superior e os demais soberanos lhe deviam respeito. Para Henry Kissinger, “O objetivo do sistema de Estados tributários era estimular uma postura de deferência, não extrair benefícios econômicos ou dominar sociedades estrangeiras por meios militares” (KISSINGER, 2015, p. 216).

Sob o governo de Chiang Kai-shek e já uma república, a China busca assumir uma posição na ordem westfaliana. Houve dificuldades, devido à Segunda Guerra Mundial e a constantes guerras com o Japão na década de 1930. Vários grupos disputavam o poder internamente. Com o final da conflagração mundial, ascendem ao poder os comunistas, liderados por Mao Zedong. O mandatário apregoava a destruição da cultura confuciana e a construção de uma China unida, forte e de um comunismo com características chinesas. Para atingir seus objetivos, o líder chinês lançou o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. O primeiro representou um retumbante fracasso e a segunda acentuou rivalidades internas, por estimular perseguições políticas.

Nesse contexto caótico, Deng Xiaoping trabalhou para reformar o modelo econômico nacional e incrementar as trocas comerciais da China com o exterior. Para tanto, assinou tratados e inseriu a China em organismos internacionais, como a *Organização das Nações Unidas* (ONU). A partir desse governo, na década de 1970, o país asiático começou a crescer a taxas vigorosas e a participar ativamente da sociedade internacional. Esse processo foi acentuado, na contemporaneidade, por Hu Jintao e por Xi

Jinping, que buscam tornar o país asiático cada vez mais competitivo, inclusive por meio de ações de combate à corrupção.

A abertura chinesa ao comércio internacional e os baixos custos da produção na China atraíram várias empresas multinacionais ao país, que adotou o modelo de plataforma de exportação para estimular seu crescimento econômico. Como consequência, a China detém valores expressivos em suas reservas internacionais e altas taxas de crescimento do PIB, apesar da recente desaceleração.

A pujança econômica traduziu-se em maior presença política em várias regiões do mundo, de modo a assegurar o suprimento de recursos primários e energéticos. Na África, os investimentos chineses estão sendo importantes para o desenvolvimento da infraestrutura de vários países. Há, porém, descontentamentos locais, motivados pela ideia de que a China não é nada além de outra potência imperialista que chega para pilhar os recursos locais<sup>1</sup>.

No final da década de 2000, a China volta suas atenções para a América Latina. As preocupações dos Estados Unidos com a Guerra ao Terror após os atentados de 11 de setembro de 2001 tornaram a política externa daquele país orientada para a região da Ásia-Pacífico (pivot to Asia), o que ocasionou uma menor preocupação com o subcontinente latino-americano. Aproveitando essa ausência dos Estados Unidos, a China lançou, em 2008, as diretrizes oficiais da sua relação com os Estados da região.

A guinada chinesa em direção à América Latina está relacionada à vasta disponibilidade de recursos naturais na região e às riquezas minerais, necessárias ao funcionamento da indústria do país asiático. Ademais, as ambições chinesas coadunam-se com duas teorias geopolíticas clássicas e uma mais recente. Nos próximos parágrafos, cabe analisá-las e observar sua adequação ao projeto chinês.

A teoria do poder naval de Mahan advoga que a nação que controlar os mares controlará o planeta, já que as rotas marítimas seriam responsáveis pela circulação da maioria do comércio internacional. Com efeito, a China busca expandir sua presença naval por meio da construção do Canal da Nicarágua, que será objeto de análise *a posteriori*.

A teoria de pan-regiões de Haushofer também aplica-se ao interesse chinês. Segundo a tese de Karl Haushofer, o mundo seria dividido em quatro blocos que representariam áreas de influência de determinados países. Ora, o continente americano seria a área natural dos Estados Unidos. Com seu

---

<sup>1</sup> Conforme destacado pela professora Valeria Lopes Ribeiro, no artigo *A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico*.

afastamento, a China poderia ocupar seu lugar e exercer influência sobre uma área significativa do planeta.

Uma das teorias geopolíticas mais recentes, da geógrafa Bertha Becker, versa sobre o *heartland* ecológico e também pode ser aplicada aos interesses da China. A geógrafa adaptou o conceito clássico de Mackinder, que versava sobre o controle do *Heartland* (terras na Eurásia) como a chave do poder mundial, para o século XXI. A Amazônia seria o *heartland* ecológico, por concentrar enorme biodiversidade e recursos naturais, além de estar situada em um ponto estratégico na América do Sul. A China tem escassez de recursos naturais e estaria interessada na facilidade de obter acesso a riquezas amazônicas, incluindo minérios. Esse fato pode ser constatado por meio da oferta da companhia chinesa Three Gorges, que já é a sexta maior operadora de energia no Brasil, para a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, na Amazônia. Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China, afirmou claramente o aspecto estratégico do investimento na região: "... a China investe aqui por várias razões: ..., assegurar recursos estratégicos, (sic) e por razões geopolíticas internacionais" (LOCATELLI, 2016, *online*).

Motivos não faltam para o interesse chinês pela América Latina. A capacidade de influenciar a região é considerada importante para a obtenção do status de potência global. Ademais, os recursos do subcontinente são fundamentais para a economia chinesa. Os países da região, por sua vez, devem avaliar se a parceria com a China é tão vantajosa para eles quanto é para o país asiático. A presença chinesa é real e deve ser compreendida em todos os seus ângulos. Para tanto, analisar-se-á como a China exerce sua influência nos processos de integração regional do subcontinente.

### **A IIRSA e as Possibilidades da Cooperação Chinesa**

A Cúpula de Brasília, realizada em 2000, contou com a presença de todos os Chefes de Estado da América do Sul e pautou-se pela necessidade de integração física do subcontinente. Nessa cúpula, fica instituída a IIRSA (*Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana*), que tem por objetivo facilitar investimentos na melhoria da infraestrutura da América do Sul.

A IIRSA, ademais da integração física, visa a estimular maior complementaridade entre as economias da região em setores importantes, em especial commodities. A iniciativa orienta-se por três pilares de integração: infraestrutura de transportes, energia e comunicações. Adota uma perspectiva pragmática, ao compreender os desafios e oportunidades do subcontinente.



Além do financiamento estatal para seus projetos, a IIRSA também busca parcerias com empresas privadas. Os recursos são aplicados em projetos específicos, apresentados à iniciativa, que envolvam, no mínimo, dois países sul-americanos.

Para haver maior organização desses projetos, há sua distribuição em Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) e em Projetos Setoriais de Integração (PSI). Os eixos da IIRSA são "faixas multinacionais de território nas quais se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais" (IIRSA, 2016, *online*). São eles: Eixo Andino, Eixo Andino do Sul, Eixo de Capricórnio, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo do Amazonas, Eixo do Escudo Guianês, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico central, Eixo Mercosul- Chile e Eixo Peru- Brasil-Bolívia. Os Projetos Setoriais de Integração, por sua vez, buscam "identificar os obstáculos de tipos normativo e institucional que impedem o desenvolvimento da infraestrutura básica na região e propor ações que permitam superar-los" (IIRSA, 2016, *online*).

A IIRSA permitiu significativos avanços na integração regional, com vários projetos concluídos que aproximaram as populações dos países da América do Sul e facilitaram o comércio internacional, por meio da redução de custos para a realização de negócios em outro país da região. Deve-se salientar que, além da perspectiva multilateral, os projetos da IIRSA também podem ter caráter bilateral ou trilateral.

A integração do subcontinente avançou significativamente na primeira década do século XXI. Ademais da IIRSA, houve o lançamento da UNASUL (*União das Nações Sul-americanas*) em 2007. Herdeira da *Comunidade Sul-americana de Nações* (CASA), a UNASUL prevê, desde a sua constituição (tratado constitutivo de 2008), uma integração política. Seu objetivo fundamental é a construção de um espaço de integração e união em diversas áreas para eliminar desigualdades, assimetrias e conseguir a participação popular no movimento integracionista. Como um dos objetivos específicos, há a previsão expressa de melhora na infraestrutura, respeitando a ideia de desenvolvimento sustentável.

A UNASUL estrutura-se em órgãos de Chefes de Estado e de Ministros das Relações Exteriores e em conselhos setoriais. Entre esses conselhos, está o COSIPLAN (*Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento*), que incorporou a carteira da IIRSA em 2011. Os projetos daquela iniciativa, portanto, estão sob a responsabilidade do referido conselho.

A compreensão do histórico da integração física da América do Sul é fundamental para o entendimento de alguns entraves e das possibilidades de investimentos chineses no subcontinente.

Quaisquer projetos a serem executados não podem ser realizados à revelia das estruturas institucionais presentes no processo de integração.

Nesse contexto, a visita do Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, à região, em maio de 2015, foi a oportunidade para a realização de um compromisso para estudo de viabilidade da proposta de construção da Ferrovia Transcontinental. Referida ferrovia ligaria o porto de Açu, no Rio de Janeiro, ao litoral peruano. A conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico facilitaria o transporte de commodities agrícolas (notadamente a soja) e minerais para a China, cujos bancos se dispuseram a auxiliar financeiramente o investimento.

O teor do documento está disponível *in verbis*:

Os dois Líderes enfatizaram a importância da cooperação ferroviária para o desenvolvimento de estudos referentes à construção de uma rede de infraestrutura sustentável e integrada na América do Sul e saudaram o início das atividades do Grupo de Trabalho Trilateral Brasil-China-Peru para estudos básicos de viabilidade da Ferrovia Transcontinental (conexão bioceânica Brasil-Peru). A Parte brasileira acolheu positivamente a manifestação de interesse da Parte chinesa em participar das licitações em projetos no Brasil, em especial daqueles referentes à Ferrovia Transcontinental. (BRASIL, 2016, *online*).

O projeto entraria no Eixo Interoceânico Central da IIRSA e seria importante para uma melhor integração da rede de transportes entre Brasil e Peru. Ocorre que haveria significativos impactos ambientais e interferência em comunidades indígenas, dado que a ferrovia passaria por partes da Amazônia brasileira e da peruana.

Alguns opositores ao projeto argumentam, também, que o custo é deveras elevado e há obstáculos geográficos significativos a serem contornados, como a Cordilheira dos Andes. Ademais, o governo boliviano opõe-se à ferrovia, por entender que os trilhos deveriam passar por seu território, o que reduziria os custos de implementação e favoreceria o desenvolvimento daquele país. O Peru não concorda com a proposta boliviana e defende que o projeto deva ser apenas trilateral, com o Brasil e a China.

Apesar das dificuldades de implementação da supramencionada ferrovia, deve-se considerar as facilidades que os exportadores brasileiros terão para atingir o mercado asiático e a redução de custo no transporte das mercadorias, o que as torna mais competitivas. Ao analisar todas as desvantagens e benefícios da Ferrovia Transcontinental, os países envolvidos devem sopesar também as implicações de estarem dentro da esfera de influência chinesa.



## **CELAC - China: Uma Parceria em Andamento**

A CELAC (*Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos*) foi criada em 2010 na Cúpula da Unidade, que congregou a Cúpula do Grupo do Rio e da II CALC (*Cúpula da América Latina e do Caribe*). Oriunda da união dessas duas iniciativas, que visavam a promover a concertação política e a estabilidade na América Latina e no Caribe, a CELAC reúne todos os 33 países da região.

O Grupo do Rio objetivava a estabilização da América Central, por meio de sua estabilização e pacificação, e tinha o Brasil como um de seus principais articuladores. A CALC, proposta brasileira, encetava os anseios de cooperação em todo o espaço latino-americano. A CELAC absorve influências de ambos os processos e é um foro com duas bases: concertação política e cooperação para o desenvolvimento.

Por ser recente, a CELAC apresenta um baixo grau de institucionalização. Ela "funciona com base em reuniões políticas, reuniões ministeriais especializadas e grupos de trabalho setoriais" (BRASIL, 2016, *online*). Essa característica não é necessariamente um ônus, haja vista a maior celeridade no processo decisório e na adoção de declarações conjuntas. O foro tem emitido opiniões relevantes sobre controversos temas da agenda internacional e regional, como a questão das Malvinas, o bloqueio a Cuba e o desarmamento nuclear.

Uma importante vertente da CELAC é seu relacionamento com outras regiões do mundo. Esse foro herdou o mecanismo de cooperação da América Latina e Caribe com a União Europeia, estabelecido em 1999. Destarte, busca aprofundar o diálogo com outros processos de integração e com outras áreas do mundo.

Recente desenvolvimento nessa seara é a aproximação com a China. Durante a II Cúpula da CELAC, ocorrida em Havana em janeiro de 2014, representantes do país asiático propuseram a realização de um foro periódico conjunto entre as duas partes. Essa proposta foi aceita em junho de 2014, por ocasião da Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.

Em janeiro de 2015, ocorreu a primeira reunião do Foro CELAC-China, que tem por objetivo "aprofundar a relação política, econômica e cultural entre os países da América Latina e do Caribe e a China, além de constituir instância para que os países participantes dialoguem sobre temas de interesse comum da agenda internacional" (BRASIL, 2016, *online*).



A partir desse encontro, nota-se um adensamento nas relações políticas entre a América Latina e o Caribe e a China. A maior interação comercial, contudo, vem ocorrendo há algum tempo, porquanto o fluxo de comércio entre os países da região e o Estado asiático cresceu substancialmente nos últimos anos. De acordo com dados da CEPAL (*Comissão Econômica para América Latina e Caribe*), o comércio bilateral cresceu 22 vezes entre 2000 e 2014.

É necessário, contudo, problematizar essa relação. A China exporta produtos de média e alta intensidade tecnológica, enquanto os países da América Latina e do Caribe têm sua pauta exportadora concentrada em primários. Ademais, a grande competitividade dos produtos chineses, por sua moeda desvalorizada e baixos custos de produção, afeta as indústrias locais. Ambas as partes, destarte, devem chegar a um acordo que seja mutuamente benéfico.

No que se refere a investimentos, a presença chinesa é mais discreta, conquanto esteja aumentando em ritmo veloz nos últimos 5 anos. Em 2015, o presidente chinês Xi Jinping anunciou que o país asiático investirá 250 bilhões de dólares na América Latina em 10 anos. As inversões serão positivas para o desenvolvimento da infraestrutura regional, mas possibilitam a manutenção e o fortalecimento da inserção marginal da região nas cadeias de comércio internacional, porquanto estimulam a produção de commodities para exportação.

O projeto mais grandioso e controverso dos investimentos chineses é o Canal da Nicarágua. Financiado por investidores chineses, o novo empreendimento seria uma alternativa ao Canal do Panamá e mais uma rota de ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Ocorre que há questionamentos acerca dessa obra, que já se encontra em andamento, pois traria consideráveis impactos ambientais e prejudicaria a subsistência de comunidades ribeirinhas. Ademais, uma questão é bastante preocupante, pois a concessão da operação e dos direitos econômicos sobre o Canal da Nicarágua foram atribuídos a uma empresa chinesa por cinquenta anos, com direito à renovação por igual período. Isso provocaria a relativização da soberania do país centro-americano sobre seu próprio território, nos moldes do imperialismo clássico.

O Canal pode tornar-se o símbolo da presença chinesa na América Latina e definir o modo da relação dos países da região com a potência asiática, seja de cooperação ou de subordinação.

Muitos pesquisadores discutem se a parceria da China com a América Latina seria benéfica para a região. O ator asiático é fortemente competitivo e já causa desvios de comércio, ou seja, reduções no comércio intrarregional, ao deslocar os principais atores regionais, como o Brasil. Ademais, os



investimentos chineses estimulam a reprimarização da economia latino-americana. Por outro lado, as inversões chinesas estimulam a competitividade da região ao melhorar a infraestrutura, e a aproximação com o país asiático rende melhores condições de acesso ao maior mercado potencial do mundo.

Uma questão preocupante é o futuro da parceria. A desaceleração do crescimento chinês é evidente. Em 2015, a China cresceu a um ritmo mais lento do que o das últimas décadas, o que afetou negativamente as exportações latino-americanas de commodities. Além disso, aumentam as preocupações do impacto ambiental que a demanda chinesa por minérios causará. As ONGs chinesas já buscam parcerias com suas correspondentes latino-americanas para monitorar o impacto ambiental causado pela mineração na região.

A CELAC precisa monitorar as atividades chinesas para que a região não sofra com intervenções indevidas, mas necessita estar apta a negociar com a China para o progresso da América Latina e do Caribe. As negociações devem ser realizadas em situação de equilíbrio e em função dos interesses locais, com o fito de ser atingido o melhor resultado possível para ambas as partes, com progresso na integração física, mas sem gerar dependência em relação ao país asiático.

### **BRICS e seu Impacto para o Subcontinente**

O impacto da China na América Latina também deve ser analisado sob a perspectiva de uma das mais influentes coalizões de geometria variável da atualidade: o grupo BRICS. É fundamental, destarte, compreender as origens e propostas do agrupamento.

Em 2001, o economista Jim O'Neill, do grupo Goldman Sachs, cunhou o termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para designar economias emergentes que teriam papel de relevo no século XXI. Suas conclusões basearam-se em médias históricas de crescimento econômico, fatores populacionais e recursos naturais dos citados países.

Ao perceberem as potencialidades de suas nações, os ministros das Relações Exteriores dos países do acrônimo decidiram reunir-se às margens da 61a. Reunião da Assembleia-Geral da ONU, em 2006. Nessa reunião, ficou acordado um novo encontro entre os ministros para o ano de 2008, em Ecatimburgo, em que seriam debatidos temas da agenda internacional de interesse comum daqueles Estados.

Após o mencionado encontro, os países decidiram realizar cúpulas periódicas entre seus chefes de Estado. A partir desse momento, o grupo torna-se um foro de concertação política e de cooperação econômica entre seus membros, transcendendo seu significado original. Para fins deste trabalho, ressaltar-se-ão as cúpulas mais importantes.

Na I Cúpula do BRIC (Ecaterimburgo-2009), foram discutidos temas econômico-financeiros, com destaque para a crise de 2008 e a reforma das instituições multilaterais de Bretton Woods, como o FMI (*Fundo Monetário Internacional*) e o *Banco Mundial*. Os países entenderam que era chegado o momento de maior participação das economias emergentes nos foros decisórios internacionais.

A III Cúpula (Sanya-2011) consolidou o ingresso da África do Sul no agrupamento. Tendo em vista o aumento de representatividade, a entrada do país africano fortalecia os pleitos do grupo, ao dotá-los de maior legitimidade. Segundo Paulo Fagundes Visentini, alguns analistas internacionais, incluindo o próprio Jim O'Neill, questionaram o ingresso sul-africano, por entender que aquele país não reunia as características comuns que estavam presentes nos demais membros do grupo. Algumas dessas características são boa capacidade de crescimento e progressiva influência no cenário global. Apesar dos protestos, o país foi incorporado e é membro do agrupamento.

A VI Cúpula do BRICS (Fortaleza-2014) destacou-se pelo aumento da institucionalização da coalizão, ao criar o *Novo Banco de Desenvolvimento* (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O NBD visa a financiar projetos de desenvolvimento nos países do agrupamento e em países de menor desenvolvimento relativo, sem as condicionalidades impostas pelo *Banco Mundial*. O ACR, por sua vez, tem como objetivo evitar crises no Balanço de Pagamento dos países-membro. Para tanto, foi celebrado acordo entre os bancos centrais dos Estados do BRICS para separar uma parte das reservas internacionais para serem disponibilizadas ao ACR.

A realização dessas cúpulas indica crescente coordenação entre os países do BRICS, inclusive em outros foros multilaterais e envolvendo uma variada gama de assuntos, como meio ambiente e governança global. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, "o BRICS tem expandido suas atividades em duas principais vertentes: (i) a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e (ii) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros" (BRASIL, 2016, *online*). Pode-se observar que o agrupamento é regido pelo objetivo comum de construção de uma ordem global mais democrática e representativa dos interesses das nações emergentes.

O grupo, contudo, não é uma coalizão anti-hegemônica clássica. De acordo com Andrew Hurrell, a China não tem interesse em desafiar os Estados Unidos e as instituições internacionais vigentes, mas busca participar mais ativamente da ordem mundial e reforçar laços para o caso de deterioração das relações com a potência hegemônica.

Cumprido, agora, avaliar o impacto desse agrupamento para a América Latina. A região teve sua inserção internacional baseada na subordinação aos interesses das potências globais e como área de influência dos Estados Unidos. Historicamente, é comum a dependência dos países do subcontinente de recursos do FMI e do *Banco Mundial*.

Nessa seara, as recentes iniciativas adotadas na Cúpula de Fortaleza representam uma opção menos onerosa de financiamento internacional para os Estados da região. Com efeito, as condicionalidades de empréstimo do NBD são menos invasivas à soberania do que as das instituições de Bretton Woods.

Há, todavia, repercussões negativas que devem ser ponderadas. O predomínio do capital chinês no novo banco e no acordo contingente pode criar laços de dependência com o país asiático. De fato, a China proporcionou 41% dos recursos financeiros para o ACR. Destarte, alguns analistas, como Dornellas e Françoze, estão receosos quanto à possibilidade dessas instituições se consolidarem como instrumentos de concretização de interesses chineses. Ademais, como os projetos a serem financiados pelo NBD priorizam o desenvolvimento de infraestrutura de grande porte, é provável que haja certo impacto local, regional e político, ainda que não haja condicionalidades políticas para o empréstimo.

Alguns autores argumentam também que as iniciativas do BRICS poderão prejudicar os processos de integração regional, porquanto os países não estarão mais interessados em constituir um Banco do Sul, *exempli gratia*. Além disso, como destacado por Alfredo S. Mancilla, a forte presença de capitais dos países BRICS na América Latina poderá estimular a vinda de multinacionais desses Estados e dificultar a produção local.

Não se deve, dessarte, adotar uma visão parcial do impacto do BRICS na América Latina. Os projetos desse agrupamento ocasionam efeitos positivos e algumas adversidades. Cabe a cada Estado latino-americano ponderar todos os fatores e a realidade de seu país ao optar envolver-se com a coalizão. Toda negociação a ser realizada deve ter por parâmetro os interesses nacionais. Desse modo, será atingido o melhor resultado, de acordo com um jogo de soma positiva.

## Conclusão

A presença chinesa no subcontinente latino-americano é uma realidade consolidada. É inegável o substancial aumento do fluxo de comércio e dos investimentos chineses na região no século XXI. Ademais, a potência asiática quer consolidar a América Latina como sua área de influência.

Na África, a China atuou de modo similar a uma potência imperialista, fornecendo infraestrutura para melhorar a logística do fornecimento de matérias-primas, sem estar preocupada com o desenvolvimento local. As nações latino-americanas temem uma repetição do padrão no subcontinente.

A presença da China, motivada por razões estratégicas, exerce influências nos processos de integração regional em andamento. A UNASUL e a CELAC necessitam estar atentas às movimentações do país asiático e precisam adotar estratégias concertadas, de modo a não sofrerem a substituição de um ator hegemônico (Estados Unidos) por outro (China).

Os governantes da América Latina precisam definir as prioridades da região e evitar a reprimarização das pautas exportadoras de seus países. Isso será realizado estabelecendo condições para os investimentos chineses, como a transferência de tecnologia e a utilização de um percentual mínimo de mão-de-obra local.

Essas medidas fortalecerão as posições latino-americanas no âmbito negocial e permitirão aos países da região conseguir o máximo de proveito de uma parceria com a China. Ademais, o interesse chinês oferece margem de manobra para negociações com os Estados Unidos, que observam com preocupação o avanço da China no subcontinente.

Em suma, a presença chinesa na América Latina será predominantemente positiva, caso os países negociem em posição concertada e considerando as necessidades de desenvolvimento autônomo da região. Caso contrário, o subcontinente irá manter o padrão de inserção internacional subordinada aos interesses de um ator hegemônico.

## Referências

- ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O novo banco de desenvolvimento e a institucionalização do BRICS. In: BAUMANN, Renata et al. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília : FUNAG, 2015.
- ALBUQUERQUE, Ana Carolina Cavalcanti de. Uma curva na estrada de ferro: problemas de fronteiras da América do Sul levados à Corte Internacional de Justiça. **Revista Sapiencia**, São Paulo: Volume 24, jul.-ago.2015, ISSN 2446-8827, pgs 12-17.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9694:declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9694:declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)>. Acesso em 12 fev. 2016.

BRASIL. \_\_\_\_\_ Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=689&catid=145&Itemid=434&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=689&catid=145&Itemid=434&lang=pt-BR)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. \_\_\_\_\_ Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=689&catid=145&Itemid=434&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=689&catid=145&Itemid=434&lang=pt-BR)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. \_\_\_\_\_ Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6513:i-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-do-foro-celac-china-pequim-8-e-9-de-janeiro-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6513:i-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-do-foro-celac-china-pequim-8-e-9-de-janeiro-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. \_\_\_\_\_ Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR)>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm)>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

DORNELLAS, Camilla Coelho; FRANÇOZO, Helena Ribas. **O novo banco de desenvolvimento do BRICS: princípios, características e perspectivas.** Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/11/05/o-novo-banco-de-desenvolvimento-do-brics-principios-caracteristicas-e-perspectivas/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FARINELLI, Victor. **O Canal da Nicarágua e o risco de um novo imperialismo.** Disponível em: <http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/o-canal-da-nicaragua-e-o-risco-de-um-novo-imperialismo/>. Acesso em: 12 fev. 2016.

HURRELL, Andrew et al. **Os brics e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IIRSA, Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=28>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LISSARDY, Gerardo. **A polêmica ferroviária que a China quer construir na América do Sul.** Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518\\_ferrovias\\_transoceanicas\\_construcao\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovias_transoceanicas_construcao_lgb)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

LOCATELLI, Piero. Quem são os chineses de olho na Amazônia? **Carta Capital.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/quem-sao-os-chineses-de-olho-na-amazonia>>. Acesso em: 29 set. 2016.

MANCILLA, Alfredo Serrano. **Os BRICS a partir de uma perspectiva Latino-Americana.** Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/156/os-brics-latino-americano/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.



ONU. **CEPAL: Comércio entre América Latina e China se multiplica 22 vezes em 14 anos.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-comercio-entre-america-latina-e-china-se-multiplica-22-vezes-em-14-anos/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RIBEIRO, Valeria Lopes. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. **OIKOS**, Rio de Janeiro: Volume 9, n. 2, 2010, ISSN 1808-0235, pgs 13-35.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas.** 5.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira).** Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.